



**GEPRES**  
GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS  
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

# Relatório Anual

2023

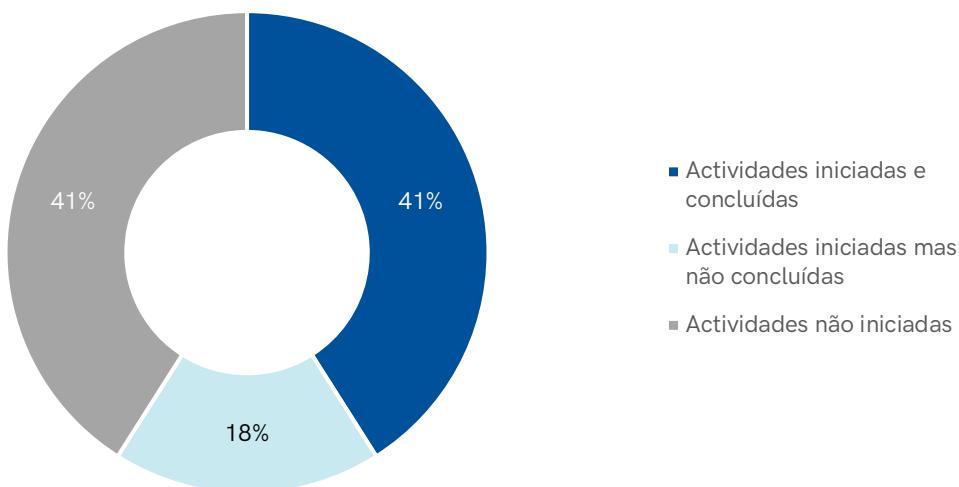
Maputo, Janeiro de 2024

## Sumário Executivo

Os Progressos registados, ao longo do ano de 2023, no que se refere à realização do Objectivo de Desenvolvimento do Projecto - ODP (Melhorar a gestão fiscal interna, a execução orçamental, a transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos), foram moderadamente insatisfatório pois, não obstante algumas realizações, a maior parte das metas estabelecidas e directamente ligadas ao ODP não foram alcançadas, como se descreve, a seguir:

- No que se refere ao número de contribuintes que entregaram declarações e efectuaram pagamentos através do Portal do Contribuintes (21.881) ultrapassou a meta (12.000) estabelecida para o ano 2 do Projecto. Mesmo assim, e visto que a maior parte destes Contribuintes (18.408) referem-se ao pagamento do IVA (que é feito mensalmente), não fica claro se são os mesmos que em definitivo adoptaram esta modalidade de pagamento ou não.
- Quanto à execução orçamental, e não obstante ter sido estabelecido o Comité de Programação Financeira (CPF), através do Diploma Ministerial nº 104/2022 de 22 de Setembro as metas estabelecidas para o ano 2 do Projecto, nomeadamente Orçamento de Estado consolidado e plano de fluxos de caixa para 2024, elaborados pela DNT a nível central e aprovados pelo CPF até 30 de Janeiro e 60% dos compromissos encontram-se em conformidade com as decisões do CPF não foram alcançadas até ao final de 2023.
- Relativamente à parte referente a transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, cuja meta para o ano 2 do Projecto era de ver aumentada a capacidade de auditoria das despesas públicas para 52,50%, notou-se que esta meta ainda se encontra muito longe de ser alcançada pois, o desempenho do TA até ao final de 2023 se situou em 15.1%.
- Quanto aos Progressos na implementação do Projecto, das 148 actividades que foram planificadas para serem implementadas ao longo do ano de 2023 (PAAO 2023), constatou-se que no final daquele ano, 61 actividades (41%) é que foram integralmente realizadas e concluídas, sendo basicamente actividades de capacitação institucional, entre cursos de formação e visitas de troca de experiência em matérias afins à gestão de finanças públicas. Outras 61 actividades (cerca de 41%) não foram realizadas nem iniciadas ao longo do ano em análise, sendo que, de entre elas, grande parte são actividades de reforma que constituem o core business do GEPRES. As restantes 25 actividades (18%) foram iniciadas em 2023 mas não foram concluídas. A figura que se segue apresenta uma melhor ilustração do cenário acima descrito.

Figura 1: Balanço anual da implementação do PAAO 2023.



Fonte: Registos Periódicos Derivados da Matriz de Monitoria do Projecto.

Relativamente aos Progressos na componente 1 (Melhoria da gestão fiscal interna), PBC1 – US \$13.000.000,00 (dos quais US \$4.000.000,00 para o ano 2).

**Tabela 1: Nível de realização do PBC1 no ano 2.**

**MELHORIA DA GESTÃO FISCAL INTERNA**

INDICADORES	METAS ANUAIS DO ANO 2 (de 1 de Abril de 2023 a 31 de Março de 2024)	PROGRESSOS REGISTADOS EM 2023
1. Número de contribuintes que entregam as suas declarações fiscais e fazem pagamentos através do Portal do Contribuinte (Número).	12.000	21.881 (a) IVA (mensal) - 18.408 (b) ISPC (trimestral) - 3.473
2. Alargamento da base tributária, através de registos de contribuintes integrados e da automatização do sistema de entrega de declarações fiscais e pagamento de impostos online PBC1 – US \$13.000.000,00 (dos quais US \$4.000.000,00 para o ano 2).	(1) Funcionalidades de entrega de declarações e pagamento de impostos online operacionais para os seguintes 8 impostos - IVA, ISPC, IRPC, IRPS, produção mineira, produção petrolífera, superfície e rendimentos de produtos petrolíferos - operacional.  (2) Integração e interoperabilidade entre o sistema e-Tributação e a Janela Única Electrónica (JUE).	Progressos insatisfatórios  Progressos insatisfatórios*
	(3) Os impostos (Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis - SISA, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto Nacional sobre Reconstrução e Imposto sobre Veículos) já estão operacionais no sistema e-tributação em todo o país.	Progressos insatisfatórios **

Fonte: Registos Periódicos Derivados da Matriz de Monitoria do Projecto.

(\*) A integração e interoperabilidade entre o sistema e-Tributação e a Janela Única Electrónica (JUE) não foi ainda concretizada, mormente no que se refere ao desenvolvimento do sistema. Houveram alguns progressos preparatórios, como a parte referente ao levantamento de requisitos que foi elaborada e finalizada, mas que aguarda pelo desenvolvimento, o qual carece de recursos financeiros do PBC (meta do ano 1).

(\*\*) Tal como referido no ponto anterior, a operacionalização destes impostos no sistema eTributação está dependente da mobilização dos serviços de consultoria para o desenvolvimento do Portal do Contribuinte, que ainda não foram contratados, estão a condicionar a operacionalização destes impostos no eTributação.

Quanto aos progressos na componente 2 (Melhoria da gestão e controlo das despesas públicas).

Reforço das funções de tesouraria PBC 2 - US \$9.000.000,00 (dos quais US \$2.500.000,00 para o ano 2).

**Tabela 2: Nível de realização do PBC2 no ano 2.**

**MELHORIA DA GESTÃO E CONTROLO DAS DESPESAS PÚBLICAS**

INDICADORES	METAS ANUAIS DO ANO 2 (de 1 de Abril de 2023 a 31 de Março de 2024)	PROGRESSOS REGISTADOS EM 2023
Reforço das funções de tesouraria.	(i) Orçamento de Estado consolidado e plano de fluxos de caixa para 2024, elaborados pela DNT a nível central e aprovados pelo CPF até 30 de Janeiro.  (ii) 60% dos compromissos encontram-se em conformidade com as decisões do CPF (Comité de Programação Financeira).	Progressos insatisfatórios <sup>1</sup>  Progressos insatisfatórios <sup>2</sup>

Fonte: Registos Periódicos Derivados da Matriz de Monitoria do Projecto.

(<sup>1</sup>) Não obstante a materialização da criação do Comité de Programação Financeira (CPF) no ano 1, este ainda não entrou em funções pois, ainda decorrem acções de preparação para que ele possa efectivamente aprovar o Orçamento de Tesouraria consolidado e o Plano de Tesouraria para 2024. O CPF foi legalmente criado (dispositivo legal: As acções de preparação para a entrada em funções do CPF compreendem a criação do seu secretariado, o reforço do pessoal da DNTCEF através de pessoal externo, bem como a descrição de funções do secretariado do CPF).

(<sup>2</sup>) A validação dos 60% dos compromissos pelo CPF também não foi feita pois, está condicionada à operacionalização do CPF.

Melhoria do sistema de transferências fiscais intergovernamental PBC 3 - US \$12.000.000,00 dos quais US \$3.000.000,00 para o ano 2).

**Tabela 3: Nível de realização do PBC3 no ano 2.****REFORÇO DA GESTÃO DAS RECEITAS INTERNAS**

INDICADORES	METAS ANUAIS DO ANO 2 (de 1 de Abril de 2023 a 31 de Março de 2024)	PROGRESSOS REGISTADOS EM 2023
Melhorado o sistema de transferências fiscais intergovernamental	100% do montante das transferências fiscais para as quatro províncias com as taxas de pobreza mais elevadas (províncias e municípios) encontra-se em conformidade com a fórmula estabelecida e foi alocado a tempo.	Progressos insatisfatórios <sup>(#)</sup>

Fonte: Registos Periódicos Derivados da Matriz de Monitoria do Projecto.

(#) Não foram registados progressos nesta meta pois, ela é dependente da meta do ano 1 (revisão e publicação das fórmulas de transferência fiscal para as províncias e municípios), que ainda não foi atingido. A publicação das fórmulas exige alteração de Leis de descentralização fiscal que ainda não foram alteradas.

Embora o período de reporting do ano 2 das metas dos PBCs termine a 31 de Março de 2024, nota-se claramente que as probabilidades de alteração do cenário acima descrito até àquela data são escassas, aliás, o baixo nível de execução financeira (que se situa abaixo dos 5%), é reflexo desta situação pois, dificilmente seria possível gerar progressos significativos sem que os mesmos fossem sustentados por uma robusta execução orçamental. Esta execução orçamental refere-se fundamentalmente ao financiamento das actividades de capacitação institucional (cursos de formação e visitas de troca de experiência) e de aquisição de viaturas.

Entretanto foi iniciado o processo de desenho do Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MQR) do Projecto GEPRES, prevendo-se que o mesmo esteja instalado e funcional no início de 2024. Por outro lado, e dado que o Projecto já atingiu a metade da sua vida útil, foram iniciados em 2023, preparativos para a avaliação de Meio-Termo do mesmo, que será seguido por um processo de reestruturação visando adequá-lo aos desafios que a reforma da gestão de finanças públicas para prestação de serviços impõe.

## Lista de Acrónimos

AT	Assistência Técnica
BM	Banco Mundial
CPF	Comité de Programação Financeira
DARH	Direcção de Administração e Recursos Humanos
DGR	Direcção de Gestão de Riscos
DNCP	Direcção Nacional de Contabilidade Pública
DNGDP	Direcção Nacional de Gestão da Dívida Pública
DNMA	Direcção Nacional de Monitoria e Avaliação
DNPE	Direcção Nacional de Património do Estado
DNPED	Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento
DNPO	Direcção Nacional de Planificação e Orçamento
DNTCEF	Direcção Nacional do Tesouro e Cooperação Económica e Financeira
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
EIAS	Estudo de Impacto Ambiental e Social
ETC	Equipa Técnica de Coordenação
GACI	Gabinete de Auditoria e Controlo Interno
GCI	Gabinete de Comunicação e Imagem
GCRE	Gabinete de Coordenação de Reformas Económicas
GdM	Governo de Moçambique
GRAS	Gestão de Riscos Ambientais e Sociais
IGF	Inspecção Geral de Finanças
IGEPE, IP	Instituto de Gestão das Participações do Estado, Instituto Público
INE	Instituto Nacional de Estatística
IVA	Agência de Verificação Independente
MAF	Manual de Administração Financeira e Procedimentos Contabilísticos do Estado
MMPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MZM	Meticais
MdE	Memorando de Entendimento
Mdl	Manifestação de Interesse
MGQR	Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MRI	Mecanismo de Resposta Imediata
MPMEs	Pequenas e Médias Empresas
NO	No Objection / Não Objecção
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAAO	Plano Anual de Actividades e Orçamento
PAD	Project Assessment Document / Documento de Avaliação do Projecto
PAE	Programa de Aceleração da Economia
PESOE	Plano Económico e Social e Orçamento do Estado
PGR	Procuradoria Geral da República
PIM	Project Implementation Manual / Manual de Implementação do Projecto
PQG	Plano Quinquenal do Governo
RFP	Request for Proposals / Solicitação de Propostas Técnicas e Financeiras
SAI	Subsistema de Auditoria Interna
SEE	Sector Empresarial do Estado
SPEF	Serviços Provinciais de Economia e Finanças
STEP	Systematic Tracking of Exchanges in Procurement / Plataforma Electrônica (do Banco Mundial) de Seguimento de Processos de Aquisições

<b>SOC</b>	Security Operational Center / Centro Operacional de Segurança
<b>TA</b>	Tribunal Administrativo
<b>TdR</b>	Termos de Referência
<b>USD</b>	United States Dólar / Dólar Americano

# Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO .....	Error! Bookmark not defined.
LISTA DE ACRÓNIMOS .....	Error! Bookmark not defined.
ÍNDICE .....	Error! Bookmark not defined.
I. Capítulo 1 - Introdução .....	Error! Bookmark not defined.
1.1 O Projecto de Gestão de Recursos Públicos para Prestação de Serviços (GEPRES).....	Error! Bookmark not defined.
1.2 Propósito e estrutura deste relatório. ....	Error! Bookmark not defined.
II. Capítulo 2 - Progressos registados.....	Error! Bookmark not defined.
2.1 Convenções Legais .....	Error! Bookmark not defined.
2.2 Aquisições. ....	10
2.3 Execução Financeira .....	Error! Bookmark not defined.
2.4 Implementação do Projecto por Componente.....	13
2.4.1 Componente 1 – Reforço da gestão fiscal interna .....	13
2.5.2 Componente 2 – Melhoria da gestão e controlo das despesas públicas.....	14
2.5.3 Componente 3 – Melhoria da Supervisão externa independente .....	Error! Bookmark not defined.
2.5.4 Componente 4 – Gestão do Projecto .....	Error! Bookmark not defined.
2.5.5 Componente 5 – Resposta de Emergência em Caso de Contingência (CREC) .....	20
III. Capítulo 3 – Desafios, Lições aprendidas e Perspectivas .....	Error! Bookmark not defined.
3.1 Principais desafios .....	Error! Bookmark not defined.
3.2 Lições aprendidas.....	Error! Bookmark not defined.
3.3 Perspectivas para 2024 .....	Error! Bookmark not defined.
IV. ANEXOS .....	Error! Bookmark not defined.
Anexo 1: Quadro de Resultados (actualizado) do Projecto .....	1
Anexo 2: PAAO 2023 .....	5
Anexo 3: PAAO 2024 .....	5
Anexo 4: Tabela Resumo das Capacitações Realizadas em 2022 & 2023.....	6
Anexo 5: Tabelas da execução financeira anual 2023.....	11
Anexo 6 – Matriz de Monitoria (actualizada) do Plano de Aquisições - Resumo .....	14

# 1. Introdução

## 1.1 O PROJECTO DE GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (GEPRES)

O GEPRES é uma iniciativa do Governo de Moçambique (GdM) financiada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Multidadores para a Melhoria e Reforma das Receitas Públicas, das Despesas e da Descentralização Fiscal. Ele visa apoiar a implementação das reformas de gestão de finanças públicas e de descentralização, a fim de reforçar a gestão dos recursos públicos destinados à prestação de serviços. O objectivo de Desenvolvimento do GEPRES é o de melhorar a gestão fiscal interna, a execução orçamental e a transparência e responsabilização na gestão de recursos públicos (The World Bank, 2021). O quadro de resultados do GEPRES, que se segue, apresenta o detalhe do seu âmbito, objectivos, indicadores, metas anuais e resultados esperados.

### Quadro A: Quadro de Resultados do Projecto

ODP: Melhorar a administração das receitas fiscais internas, a execução do orçamento, a transparência e a responsabilidade na gestão de recursos públicos para a prestação de serviços.

ACTIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS IMEDIATOS	RESULTADOS DE MÉDIO PRAZO	RESULTADOS DE LONGO PRAZO
<b>Componente 1 – Reforço da gestão fiscal interna</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar a equipa.</li> <li>- • Expandir o uso do sistema digital tributário.</li> <li>- • Integrar a base de dados fiscais.</li> <li>- • Definir formas efectivas de comunicação com os contribuintes.</li> <li>• Introduzir gradualmente as funcionalidades de preenchimento on line e pagamento de impostos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivos para o fortalecimento da administração das receitas internas.</li> <li>• Assistência técnica em processos relevantes aos agentes tributários.</li> <li>• Estabelecido procedimento de actualização sistemático de registo,</li> <li>• Abordagem de gestão de riscos para auditorias fiscais estabelecida.</li> <li>• Contribuintes têm conhecimento do proced. de rec. fiscais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Arranjos institucionais fortalecidos para a administração tributária.</li> <li>• Fortalecido o processo de recursos fiscais.</li> <li>• Alargamento da base tributária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da gestão tributária.</li> </ul>	
<b>Componente 2 – Reforço da gestão e controlo das despesas públicas</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar os oficiais do GdM no processo de execução orçamental.</li> <li>• Fazer a reengenharia dos proc. de negócios e mudança de gestão de actividades.</li> <li>• Preparar procedimentos e directrizes.</li> <li>• Contratar assistência técnica para a melhoria do sistema de execução orçamental (incluindo o nível subnacional).</li> <li>• Definir a fórmula para transferências fiscais inter-governamental..</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Funcionários dotados de conhecimentos e orientação para implementarem o procedimento de gestão das despesas.</li> <li>• Sistemas de informação reforçados e mais seguros.</li> <li>• Estabelecidos incentivos para a melhoria de procedimentos de gestão e controlo.</li> <li>• Sistema de e-Procurement concebido.</li> <li>• Estabelecido o framework formal para a gestão monetária.</li> <li>• Adoptado mecanismo de transferências fiscais intergovernamentais,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecido controlo sobre os procedimentos da despesa pública (nível central e subnacional).</li> <li>• Definido plano de despesas que reflecte prioridade da prestação de serviços.</li> <li>• Sistema e-GP utilizado em agências do governo e entidades subnacionais.</li> <li>• Aumentado horizonte de planificação de caixa.</li> <li>• Aumentados recursos para governos subnacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorada a execução orçamental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorada a prestação de serviços.</li> </ul>
<b>Componente 3 – Melhoria da supervisão externa independente</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar os membros das assembleias legislativas.</li> <li>• Realizar acções de engajamento dos cidadãos.</li> <li>• Capacitar o Tribunal Administrativo.</li> <li>• Prover assistência técnicas para a melhoria dos padrões de serviços do SEE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforcada a capacidade institucional do TA.</li> <li>• Revistos procedimentos operacionais do CPF.</li> <li>• Estabelecido mecanismo de prestação social de contas.</li> <li>• Aumentada sensibilização do desempenho da prestação de serviços do SEE,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da cobertura da auditoria externa.</li> <li>• Melhada participação do cidadão e mecanismos de prestação de contas social.</li> <li>• Aumentada monitoria do SEE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da transparência e prestação de contas e na gestão de recursos públicos.</li> </ul>	

Fonte: MEF, 2021.

## 1.2 PROPÓSITO E ESTRUTURA DO RELATÓRIO

O presente documento retrata o progresso anual do GEPRES referente ao ano de 2023. Estruturalmente, este relatório comprehende três capítulos, a saber:

1. Introdução que faz uma apresentação do Projecto, indicando a razão da sua existência, propósito e respectivo quadro de resultados. Este capítulo introdutório é antecedido por um sumário executivo que apresenta, de forma resumida, o conteúdo essencial de todo relatório.
2. O Progresso do Projecto cujo foco é a análise dos resultados em termos de produção das metas planificadas no PAAO 2023, indicando as actividades realizadas como evidência dos progressos registados.
3. Desafios, perspectivas e lições aprendidas que fazem uma abordagem analítica sobre os principais desafios com que o Projecto se deparou ao longo do ano de 2023. Neste capítulo também se perspectiva o foco do Projecto para o ano de 2024. São também abordadas algumas das principais lições aprendidas ao longo do período em análise.
4. Os anexos são basicamente constituídos pelos seguintes documentos:
  - Matriz de Monitoria do Quadro de Resultados do GEPRES (Ponto de situação a 31/12/2023).
  - PAAO 2023
  - PAAO 2024
  - Resumo da Execução do Plano de Capacitações
  - Tabelas da execução financeira anual 2023
  - Matriz de Monitoria do Plano de Aquisições (Ponto de situação a 31/12/2023).

## 2. Progressos Registados

### 2.1 CONVENÇÕES LEGAIS

No quadro do Acordo de Financiamento (GRANT D-947-MZ) entre o Governo de Moçambique (GdM) e a Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA), instrumento que viabilizou o financiamento do GEPRES, foram estabelecidos acordos de princípio (*legal covenants*), cujo estágio de implementação, no final de 2023, era o que a seguir se descreve.

**Quadro B: Ponto de Situação do Cumprimento das Condições de Base do GEPRES.**

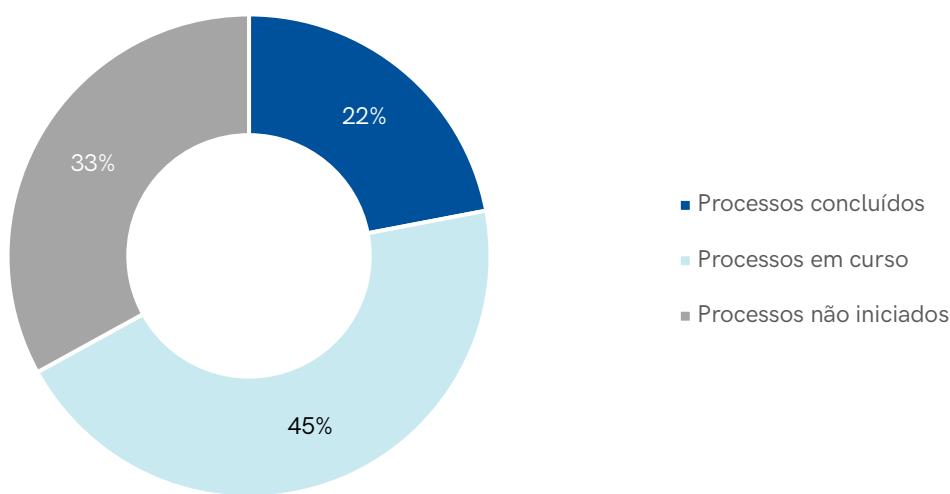
ITEM	DESCRIPÇÃO DA CONVENÇÃO	PONTO DE SITUAÇÃO	COMENTÁRIOS
01	No prazo máximo de 30 dias após a Data de Entrada em Vigor, o destinatário terá de preparar e adoptar um Manual de Implementação do Projecto ("MIP") (secção I.B (1) do Anexo 1 da AF), com base em termos de referência aceitáveis para a Associação.	Concluída	O MIP foi elaborado e adoptado.
02	No prazo máximo de 90 dias após a Data de Entrada em Vigor, o destinatário terá de contratar uma entidade independente (o Agente de Verificação Independente, ou IVA), com base em termos de referência e num conjunto de critérios de qualificação e experiência considerados satisfatórios para a Associação (Secção I.C (a) do Anexo 1 da AF).	Concluída	O Contrato com o IVA já foi assinado. Entretanto, o Consultor ainda está a juntar documentação relevante para que o mesmo seja submetido ao TA até 12 de Outubro de 2023.
03	O Destinatário terá de preparar e fornecer à Associação um plano de trabalho e um orçamento ("Plano de Trabalho e Orçamento"), até ao dia 1 de Março de 2022 (Secção I.D. (1) do Anexo 1 da AF).	Concluída	Os PAAO 2023 e 2024 foram preparados e submetidos à apreciação do Banco Mundial.
04	O Destinatário deverá estabelecer e manter, ao longo de todo período de implementação do Projecto, um Comité de Direcção do Projecto, visando resolver assuntos que requeiram um nível de coordenação de alto nível e para providenciar orientação estratégica e de políticas para a planificação, logística, etc.	Concluída	Foi estabelecido um Comité de Direcção do Projecto (Diploma Ministerial nº 104/2022 de 22 de Setembro).
05	No prazo máximo de 60 dias após a Data de Entrada em Vigor, o Destinatário terá de estabelecer e, posteriormente, terá de manter ao longo da execução do Projecto, um grupo de trabalho técnico (secção I.A.(2) do Anexo 1 da AF).	Concluída	Foi estabelecido um Comité Técnico do Projecto (Diploma Ministerial nº 104/2022 de 22 de Setembro).
06	Manter no MEF, ao longo de todo período de implementação do Projecto, uma Equipa de Implementação do Projecto (EIP) com mandato, composição e recursos adequados e aceitáveis para o Banco Mundial e descritos no MIP.	Concluída	A EIP já foi constituída e funciona ao nível do MEF (Diploma Ministerial nº 104/2022 de 22 de Setembro).

Fonte: Financing Agreement (Grant Nr. D-947-MZ), PAD 2021 e MIP.

### 2.2 AQUISIÇÕES

No total, foram inscritas no STEP 58 processos de aquisição de bens e/ou serviços para o GEPRES. Destes, 13 foram concluídos; 26 foram iniciados mas não concluídos no período em análise, ou seja, até 31 de Dezembro de 2023 ainda estavam em curso; sendo que 19 ainda não haviam sido iniciados. Note-se que um pouco mais de 1/3 dos processos de aquisições previstos para 2023 não foram sequer iniciados. Se se juntar a estes, os cerca de 45% que foram iniciados mas não concluídos em 2023, o cenário é o de que cerca de 2/3 dos processos de aquisições previstos para 2023 não foram concluídos. A figura que se segue, retrata a situação geral da execução dos processos de aquisições até 31 de Dezembro de 2023.

Figura 2: Estágio de execução dos processos de aquisições do GEPRES a 31 de Dezembro de 2023.



Fonte: Matriz de Monitoria do Plano de Aquisições do GEPRES.

Relativamente à segregação destes processos por categoria de aquisição, ou seja, se se trata de aquisição de bens ou de serviços, a tabela a baixo ilustra um cenário em que todos processos de aquisições até então concluídos se referem a serviços de consultoria e nenhum de bens.

Tabela 4: Estágio de execução dos processos de contratação, por categoria, a 31 de Dezembro de 2023.

ITEM	ESTÁGIO DOS PROCESSOS	AQUISIÇÃO DE BENS	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAIS
1	Concluídos	1	12	13
2	Em curso	1	25	26
3	Não iniciados	1	18	19
	Total	3	55	58

Fonte: Matriz de Monitoria do Plano de Aquisições do GEPRES.

### 2.3 EXECUÇÃO FINANCEIRA

Para o Ano 2023, foram orçados o global de um bilhão, quinze milhões, setecentos quarenta e cinco mil, trezentos quarenta e sete meticais e oito céntimos (equivalente à 16.06 milhões de Dólares Americanos) para financiar o Plano e Actividades. No entanto, deste montante foram apenas executados 10.88%.

Figura 4: Nível de Execução Financeira do Projecto no ano de 2023. Execução por beneficiário (expressos em usd)



Fonte: Registos Financeiros do Projecto.

A execução do projecto desde à data de efectividade do mesmo, até 31.12.2023, situa-se em 2.15%, em relação ao Planificado no PAD segundo ilustra a tabela abaixo:

Tabela 5: Nível Geral da Execução Financeira do Projecto Desde a Sua Efectividade.

COD.	Descrição	ORÇAMENTO 2022-2026 (USD)	TOTAL	
			EXECUTADO	SALDO
1	Componente 1: Reforço da Gestão Fiscal Interna	16 000,00	263,83	15 736,17
2	Melhoria da Gestão e do Controlo das Despesas Públicas	60 850,00	1 622,29	59 227,71
2.1	Desenvolvimento da Capacidade Institucional do MEF	36 950,00	1 617,09	35 332,91
2.2	Reforço das Disposições Relativas à Auditoria Interna (IGF, GACI)	2 900,00	5,20	2 894,80
2.3	Incentivos à Melhoria da Gestão e do Controlo das Despesas (PCB - DNTCEF 9 e DNPO)	21 000,00	0,00	21 000,00
3	Melhoria a Supervisão Externa Independente	15 150,00	28,61	15 121,39
4	Gestão do Projecto	4 000,00	147,34	3 852,66
5	Resposta de Contigência em Caso de Emergência (CERC)	0,00	0,00	0,00
<b>GRANDE TOTAL</b>		<b>96 000,00</b>	<b>2 062,08</b>	<b>93 937,92</b>

Nível de Execução do Início a 31/12/2023

Fonte: Registos financeiros do Projecto.

Note, em relação aos acordos de financiamentos, o mesmo situa-se na ordem de 2.37%, segundo resumido na tabela abaixo:

Tabela 6: Resumo do Nível de Execução Financeira do Projecto de Acordo Com os Acordo de Financiamento

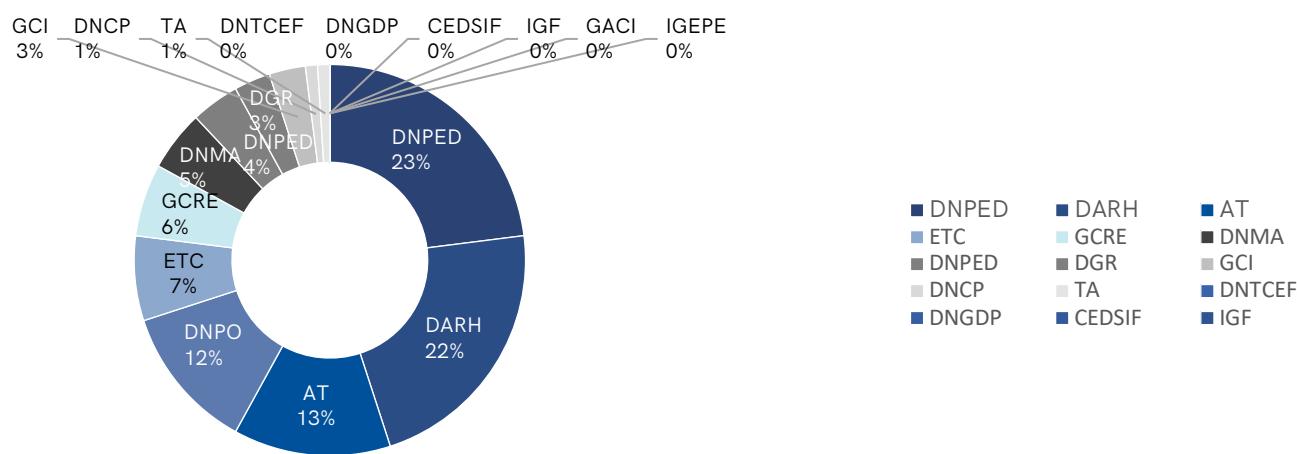
#	Descrição	Valor (USD)
1	Financiamento	87 000,00
1.1	IDA	80 000,00
1.2	Outro Financiamento	7 000,00
2	Execução	<b>2 061,98</b>
2.1	2022	314,28
2.2	2023.	1 747,70
3	Saldo(1-2)	<b>84 938,02</b>
4	Burn Rate (Uptoday)	<b>2,37%</b>

Fonte: Registos financeiros do Projecto.

\*Executado até 31/12/2023 | Câmbio USD1=63,25 | Valores Expressos em USD10^3.

A Execução global tem para o período 2022 e 2023, distribui-se conforme ilustra o gráfico abaixo:

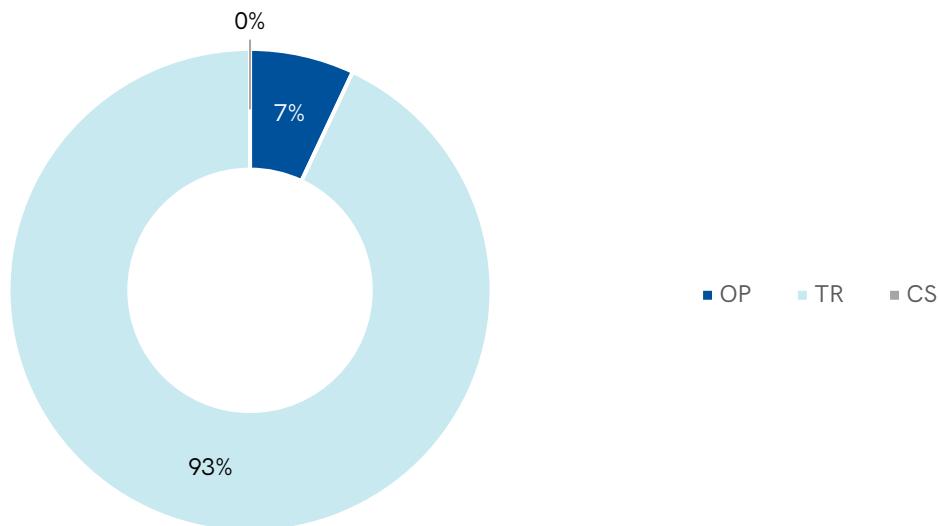
Figura 6: Distribuição do Nível Geral de Execução Financeira (2022 &amp; 2023) do projecto por Beneficiário.



Fonte: Registos financeiros do Projecto.

O Nível de desembolso, continua baixo, na ordem dos 10.43%. Note-se que a conta designada apresenta um saldo, à 31.12.2023, na ordem de USD 7.93791,30.

Da execução, temos a seguinte distribuição, por tipo de despesas:



## 2.4 IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO POR COMPONENTE

### 2.4.1 Componente 1 – Reforço da gestão fiscal interna

**Meta final:** Melhoria da gestão tributária (arranjos institucionais fortalecidos para a administração tributária). Fortalecimento dos processos de recurso fiscal e, alargamento da base tributária através do registo integrado de contribuintes e automatização de apresentação de declarações fiscais e pagamento de impostos.

**Tabela 7: Nível de realização do PBC1 no ano 2**

#### MELHORIA NA GESTÃO FISCAL INTERNA

INDICADORES	METAS ANUAIS DO ANO 2 (de 1 de Abril de 2023 a 31 de Março de 2024)	PROGRESSOS REGISTADOS EM 2023
1. Número de contribuintes que entregam as suas declarações fiscais e fazem pagamentos através do Portal do Contribuinte (Número).	12.000	21.881 (a) IVA (mensal) - 18.408 (b) ISPC (trimestral) - 3.473
2. Alargamento da base tributária, através de registo de contribuintes integrados e da automatização do sistema de entrega de declarações fiscais e pagamento de impostos online PBC1 - US \$13.000.000,00 (dos quais US \$4.000.000,00 para o ano 2).	(1) Funcionalidades de entrega de declarações e pagamento de impostos online operacionais para os seguintes 8 impostos - IVA, ISPC, IRPC, IRPS, produção mineira, produção petrolífera, superfície e rendimentos de produtos petrolíferos - operacional.  (2) Integração e interoperabilidade entre o sistema e-Tributação e a Janela Única Electrónica (JUE).	Progressos insatisfatórios  Progressos insatisfatórios*
	(3) Os impostos (Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis - SISA, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto Nacional sobre Reconstrução e Imposto sobre Veículos) já estão operacionais no sistema e-tributação em todo o país.	Progressos insatisfatórios **

Nesta componente, as actividades realizadas ao longo do exercício de 2023 foram-se essencialmente de contratação de parte dos serviços de consultoria necessários para estimular as reformas que a Unidade Orgânica do MEF responsável por esta componente (AT) se predispõem a implementar no quadro deste Projecto. De forma específica, são de assinalar as seguintes:

- a. Concepção do portal do contribuinte / fases 2 e 3 - (não concluída em 2023). Em que, o respectivo concurso de contratação da consultoria para a concepção e desenvolvimento evoluiu até a fase de avaliação das propostas técnicas. O equipamento informático específico para o Portal em causa iniciou-se com processo de aquisição (tendo progredido até a fase de elaboração do relatório de avaliação das propostas técnicas e financeiras). No contexto do alargamento da base tributária, 21.881 contribuintes (dos 12.000 estabelecidos como meta para 2023), apresentaram as suas declarações tributárias online e foram registados pela Autoridade Tributária.
- b. Garantia de Qualidade do Portal do Contribuinte - o concurso de contratação da consultoria para este trabalho não foi concluído em 2023, tendo o respectivo processo avançado até a fase de avaliação das Manifestação de Interesse.
- c. Capacitação em business intelligence - actividade que também não foi concluída em 2023, tendo o concurso para a contratação da consultoria para liderar este processo avançado até a fase de avaliação de propostas técnicas e financeiras.
- d. Capacitação institucional em matérias de (i) Enterprise Taxation Policy Management System, (ii) Pagamento via banco e (iii) Posto de cobrança (concluída em 2023) - 176 Técnicos do MEF das zonas Norte, Centro e Sul foram capacitados ao longo do ano de 2023.

#### 2.4.2 Componente 2 – Melhoria da gestão e controlo das despesas públicas

**Meta final:** Fortalecimento do controlo sobre os procedimentos da despesa pública, tanto a nível central quanto subnacional, Definição do plano de despesa que reflecta a prioridade na prestação de serviços. Sistema e-Procurement utilizado em agências de governo e em entidades subnacionais. Aumento do horizonte de planificação de caixa. Aumento de recursos para governos subnacionais.

**Tabela 8: Nível de realização do PBC2 no ano 2**

MELHORIA NA GESTÃO E CONTROLO DAS DESPESAS PÚBLICAS		PROGRESSOS REGISTADOS EM 2023
INDICADORES	METAS ANUAIS DO ANO 2 (de 1 de Abril de 2023 a 31 de Março de 2024)	
Reforço das funções de tesouraria.	(i) Orçamento de Estado consolidado e plano de fluxos de caixa para 2024, elaborados pela DNT a nível central e aprovados pelo CPF até 30 de Janeiro.  (ii) 60% dos compromissos encontram-se em conformidade com as decisões do CPF (Comité de Programação Financeira).	Progressos insatisfatórios <sup>1</sup>
		Progressos insatisfatórios <sup>2</sup>

Na componente 2, o progresso das actividades planificadas para 2023, foi o seguinte:

- i. Melhorar a Gestão de Tesouraria - Esta actividade não foi concluída em 2023. O concurso para a contratação da consultoria que vai dinamizar esta actividade também não foi lançado, tendo terminado o ano de 2023 com os TdR ainda em análise para aprovação. Entretanto, a Direcção Nacional do Tesouro, Cooperação Económica e Financeira (DNTCEF), Unidade Orgânica do MEF responsável por esta actividade, tem um consultor residente que tem estado a prestar assessoria em matérias de Programação Financeira. A consultoria a contratar visa reforçar e acelerar as reformas na gestão da tesouraria. Entretanto, o Comité de Programação Financeira (CPF), já foi estabelecido através de um Diploma Ministerial de 5 de Maio de 2023.

- ii. Desenhar uma Base de Dados para Melhoria da Gestão das Contas do Estado - Esta actividade não teve nenhum progresso assinalável em 2023, sendo que o respectivo processo para a contratação de assistência técnica ainda estava na fase de preparação dos TdR.
- iii. Fazer a Revisão e Actualização da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) - Esta actividade também não teve nenhum progresso assinalável em 2023, sendo que o respectivo processo para a contratação dos serviços de consultoria para a realização da mesma ainda estava na fase de preparação dos TdR.
- iv. Contratar Serviços de Consultoria para Elaboração do Manual de Gestão da Dívida Pública - Esta actividade também não teve nenhum progresso assinalável em 2023 pois, o respectivo processo para a contratação dos serviços de consultoria para a realização da mesma (fase de MdI) ficou deserto.
- v. Contratação de Serviços de Consultoria para Elaborar o Manual de Gestão do Fundo soberano - Esta actividade não foi concluída em 2023. Até ao final de 2023, a entidade beneficiária (DNGDP), estava a proceder à elaboração dos TdR para a contratação de uma consultoria para a efectivação desta actividade.
- vi. Contratação de Serviços de Consultoria para a Concepção, Instalação e Operação de Um Sistema de Contratação Pública Electrônica (e-GP) - Esta actividade foi concluída em 2023, mormente no que se refere à Contratação de Serviços de Consultoria para a sua implementação. De facto, o contrato foi adjudicado e, o consultor contratado iniciou as suas actividades ainda em 2023.
- vii. Contratação Assessor de Contratação Pública Electrónica (e-CP) - Esta actividade estava em fase de conclusão, especificamente na assinatura do contrato entre as partes. Todo processo à montante, desde a elaboração e aprovação dos TdR, solicitação das MdI, avaliação, apuramento da lista curta, obtenção da Não Objecção do Banco Mundial, solicitação de propostas técnicas e financeiras, sua avaliação, elaboração do respectivo relatório e subsequente aprovação pelo Banco Mundial, foi concluído em 2023.
- viii. Contratação de Serviços de Consultoria para Reengenharia de Processos de Contratação Pública - Esta consultoria foi contratada, entrou em funções e, submeteu o seu relatório inicial em 2023.
- ix. Contratação de Serviços de Consultoria para Regulamentação da Contratação Pública Eletrónica (e-GP) - Esta actividade foi concluída em 2023. Efectivamente, o Consultor foi contratado, tendo iniciado as suas funções ainda em 2023.
- x. Contratação de Serviços de Consultoria para o Aprimoramento do Portal da UFGA - Esta actividade também não foi concluída em 2023 pois, não obstante os TdR terem sido elaborados, aprovados e lançado o respectivo concurso público (solicitação de MdI), o mesmo ficou deserto. Até finais de 2023, o concurso tinha sido relançado e as MdI estavam em avaliação.
- xi. Contratação de Serviços de Consultoria para a Concepção e Definição de Preços de Referência de Mercado dos Bens e Serviços Adquiridos pelos Órgãos e Instituições do Estado - Esta actividade não foi concluída em 2023. De facto, até ao final daquele ano, o concurso lançado estava na fase de avaliação das MdI.
- xii. Contratação de Serviços de Consultoria para o Aprimoramento das Funcionalidades MPE e as Aplicações de Suporte (CEF, PRF, CBS, Concurso por Lances) - Esta actividade não foi concluída durante o período em análise. Efectivamente, até ao final de 2023, os TdR desta consultoria ainda estavam por aprovar ao nível do Banco Mundial, onde se encontram desde o mês de Setembro de 2023.
- xiii. Contratação de Serviços de Consultoria para o Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Activos do Estado (a. Gestão e controle de Imóveis do Estado; b. Gestão de pagamentos de bens alienados) - Esta actividade não foi realizada em 2023 pois, os TdR desta consultoria estavam em elaboração até ao final daquele ano.
- xiv. Contratação de Serviços de Consultoria para a Concepção de um Manual de Supervisão na Contratação Pública - Esta contratação não foi efectivada ao longo do ano de 2023. Embora tenham sido realizadas todas as etapas à montante, a assinatura do contrato não foi terminada da parte do consultor pois, o mesmo tem um vínculo com uma entidade privada que está a impor condições que conflituam com a modalidade de concurso que possibilitou o seu apuramento.
- xv. Contratação de Serviços de Consultoria para a Elaboração do Regulamento do Beneficiário Efectivo (BE) - Esta contratação foi concluída em 2023, tendo o consultor iniciado as suas funções ainda em 2023.
- xvi. Realização de uma Visita de Troca de Experiência em Matéria de Contratação Pública Electrónica à República do Ruanda - Sete (7) técnicos do MEF e INTIC deslocaram-se à República do Ruanda com o

intuito de adquirir experiência sobre a Contratação Pública Electrónica. Desta visita, resultou a melhoria do entendimento destes técnicos sobre o e-procurement, desde o mecanismo de desenvolvimento, gestão, transição do papel para o electrónico, poupanças que resultam da implementação e sustentabilidade do sistema.

- xvii. Realização de Uma Visita de Troca de Experiência em Matéria de Contratação Pública Electrónica à República Federativa do Brasil - Esta visita não se efectivou ao longo do período em análise pois, até ao final de 20023, decorria o processo de elaboração dos respectivos TdR, para posterior apreciação e aprovação ao nível do MEF e do Banco Mundial.
- xviii. Realização de Uma Acção de Formação em Matéria de Contratação Pública no Âmbito do Novo Regulamento de Contratação Pública e Procedimentos de Gestão Patrimonial - Esta capacitação não foi realizada ao longo do período em análise pois, ainda decorre o processo de elaboração dos respectivos TdR para posterior apreciação e aprovação ao nível do MEF e do Banco Mundial.
- xix. Realização de Uma Visita de Troca de Experiência à Austrália em Matérias de Descentralização Fiscal - Esta visita foi realizada no mês de Setembro de 2023, tendo participado sete (7) técnicos do MEF.
- xx. Realização do Workshop Anual de Harmonização dos Resultados do Relatório de Riscos Fiscais Concernentes à Componente de Análise de Riscos de Crédito do SEE - 18 técnico do MEF participaram, em Outubro de 2023 na cidade da Matola, no Workshop Anual de Harmonização dos Resultados do Relatório de Riscos Fiscais Concernentes à Componente de Análise de Riscos de Crédito do SEE.
- xxi. Contratação de Serviços de Consultoria para Integrar o eSISTAFE com o MERIDIAN - Esta contratação não foi feita em 2023. De facto, os TdR desta consultoria foram elaborados e submetidos ao Banco Mundial para apreciação e eventual Não Objecção mas, até ao final do ano em análise ainda não tinham sido aprovados.
- xxii. Contratação de Serviços de Consultoria para Fazer Melhorias no Sistema de Gestão de Solicitações (GLPI) - Esta actividade também não foi concluída em 2023. Naquele período, foi feita a elaboração e aprovação dos TdR, tendo sido lançado o respectivo concurso (solicitação de MdI), que ficou deserto. Até finais de 20203, o CEDSIF (entidade beneficiária), estava a cogitar solicitar ajuste directo por continuação de serviços já anteriormente realizada por um consultor Individual.
- xxiii. Contratação de Serviços de Consultoria para Criar Condições no e-SISTAFE para Registo e Captação de Informação de Natureza Orçamental, Financeira e Patrimonial Para, Pelo Menos, 1 NIC-SP, e Para a Geração de 3 Demonstrativos Contabilísticos (Orçamental, Financeiro e Patrimonial) - Após a elaboração e aprovação dos TdR, solicitação das MdI e apuramento da lista curta, foi solicitada a proposta técnica e financeira ao 3º classificado do concurso - face à desistência do 2º classificado (comunicada ao MEF a 28/9). Até finais de 2023, decorria a avaliação da proposta técnica e financeira do 3º candidato.
- xxiv. Contratação de Serviços de Consultoria para Desenvolver Mecanismos/Sistemas que Concorram para Maior Controlo pelo Estado dos Recursos Públicos Existentes e Provenientes de Receitas Próprias e de Alguns Fundos Financiados por Doadores que Não Constam no Orçamento do Estado (OFFCUT/OFFBUDGET) - Esta actividade não foi realizada ao longo do ano de 2023 pois, até ao final daquele período, os TdR desta consultoria ainda estavam em elaboração.
- xxv. Capacitação em Desenvolvimento de Competência em Matéria de Relações Públicas - No que concerne a esta actividade, ela foi realizada no período de 04 a 08 de Setembro de 2023 em Portugal, Cidade de Lisboa. Esta acção de formação, em Relações Públicas, foi ministrada pelo Instituto de Ensino Profissional Intensivo, tendo participado desta acção seis técnicos do MEF (GCI e GM).
- xxvi. Capacitação dos Órgãos de Governação Descentralizada das Províncias (OGDP) em Matérias de Identificação, Formulação e Avaliação de Projectos de Investimento Público - 200 técnicos do MEF, dos quais 60 da Zona Sul (Províncias de Maputo, Gaza e Inhambane); 60 na Zona Centro (Províncias de Sofala, Manica e Tete) e 80 na Zona Norte (Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia), foram capacitados. Esta capacitação foi realizada com objectivo de melhorar a capacidade técnica dos OGDP na gestão dos projectos de investimento público de iniciativa local. Ou seja, no final da capacitação, os formandos adquiriram competências que lhes permitem formular e avaliar projectos de iniciativa local e assessorar os Comitês Técnicos Provinciais na avaliação e selecção de projectos de investimento.

**xxvii.** Formação de Quadros para Actos Notariais Simples - Esta formação foi realizada e teve uma duração de 3 dias (29, 30 e 31 de Agosto de 2023) a nível nacional. Os 240 participantes são quadros da Polícia da República de Moçambique (PRM) que aprenderam matérias ligadas à função notarial, que confere autenticidade aos actos jurídicos extrajudiciais (actos que não são do âmbito judicial como reconhecimento de assinaturas de requerimentos, e conferência de cópias de Bilhetes de Identidade e outros documentos considerados simples). Os ganhos desta actividade vão se reflectir na simplificação de processos administrativos e relação entre as pessoas e o Estado. As esquadras da PRM vão poder certificar os actos notariais simples de forma gratuita para os cidadãos.

#### 2.4.3 Componente 3 – Melhoria da Supervisão externa independente

**Meta final:** Aumento da cobertura da auditoria externa. Melhoria da participação do cidadão e mecanismos de prestação de contas social. Aumento da monitoria do Sector Empresarial do Estado (SEE).

**Tabela 9: Nível de realização do PBC3 no ano 2**

##### REFORÇO DA GESTÃO DAS RECEITAS INTERNAS

INDICADORES	METAS ANUAIS DO ANO 2 (de 1 de Abril de 2023 a 31 de Março de 2024)	PROGRESSOS REGISTADOS EM 2023
Melhorar o sistema de transferências fiscais intergovernamental.	100% do montante das transferências fiscais para as quatro províncias com as taxas de pobreza mais elevadas (províncias e municípios) encontra-se em conformidade com a fórmula estabelecida e foi alocado a tempo.	Progressos insatisfatórios(“#”)

Na componente 3, o progresso das actividades planificadas para o ano de 2023 foi o seguinte:

a1. Contratação de Serviços de Consultoria para Treinamento em Auditoria Baseada no Risco – Esta actividade não foi concluída em 2023. Durante aquele período foram realizadas algumas acções preparatórias, como sejam o lançamento do concurso para selecção do provedor destes serviços, tendo o período em análise terminado antes da conclusão da elaboração do relatório de avaliação das propostas técnicas.

a2. Contratação de Serviços de Consultoria para Treinamento dos Inspectores da IGF e do SAI em Materias de Auditoria Informática – Esta actividade também não foi concluída no ano de 2023 pois, até ao término daquele ano, o processo de contratação encontrava-se na fase de elaboração do relatório de avaliação das propostas técnicas.

a3. Contratação de Serviços de Consultoria para Treinamento dos Inspectores da IGF e do SAI em Materias de Auditoria Forense – Esta actividade também não foi concluída no ano de 2023 pois, até ao término daquele ano, o processo de contratação encontrava-se na fase de elaboração do relatório de avaliação das propostas técnicas.

a4. Contratação de Serviços de Consultoria para Avaliação da Situação Actual do Subsistema de Auditoria Interna (SAI) e Revisão do Plano Estratégico da IGF (PE) e Consultoria para formação em gestão por resultados na base do Plano do Estratégico da IGF 2024-2028 visando a sua divulgação – Esta contratação foi concluída em 2023. De facto, foi contratado um consultor individual que, em parceria com os quadros da IGF, elaborou a versão preliminar do relatório do diagnóstico da situação actual do SAI, que após a validação pela Direcção da IGF irá elaborar o Plano Estratégico

2024-2028. Nesta consultoria estão previstos 2 produtos, a saber: (i) Relatório do Diagnóstico da Situação Actual do SAI; (ii) Plano Estratégico da IGF 2024-2028.

a5. Contratar Serviços de Consultoria Residentes Especializadas em Auditoria Baseada no Risco e Auditoria de Desempenho para conduzir um processo de formação em serviço (on the job training) – Esta actividade não foi realizada em 2023 pois, a proposta de TdR submetida à apreciação do Banco Mundial não obteve Não Objecção até ao final do ano em análise.

#### 2.4.4 Componente 4 – Gestão do Projecto

*Resultado final: disponibilizar recursos para apoiar e reduzir os custos incorridos pelo MEF no que se refere à coordenação da implementação do Projecto de forma eficaz e eficiente, incluindo o apoio ao desenvolvimento de capacidades da Unidade de Monitoria e Avaliação (M&A) do MEF.*

Nesta componente foram realizadas as seguintes actividades:

a1. Constituição do Comité de Direcção do Projecto – Um Comité de Direcção do Projecto foi constituído através do Diploma Ministerial nº 104/2022 de 31 de Agosto, sendo dirigido pelo Ministro da Economia e Finanças e composto pelos representantes das entidades beneficiárias do GEPRES, a saber:

- O Ministro da Economia e Finanças (que o preside);
- O Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças;
- O Secretário Geral da Assembleia da República;
- O Secretário Geral do Tribunal Administrativo;
- O Presidente da Autoridade Tributária;
- O Inspector Geral das Finanças;
- O Presidente do Conselho de Administração do Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF);
- O Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE, IP);
- O Director do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS);
- Os Directores Nacionais do Ministério da Economia e Finanças, de acordo com as matérias a tratar;
- O Coordenador da Equipa Técnica de Coordenação do Projecto;
- O Coordenador do Gabinete de Coordenação de Reformas Económicas.

O Comité Directivo do GEPRES deverá se reunir, ordinariamente 4 vez ao ano, tendo como mandato, o seguinte: (a) actuar como instância máxima de deliberação e de decisão colegial das questões relacionadas com a implementação do Projecto, de articulação inter-governamental e de articulação com agências ou organismos internacionais envolvidos no Projecto; (b) prover orientações gerais, essencialmente de natureza política e estratégica, relativas à execução do Projecto; (c) Aprovar a proposta da Equipa Técnica do Projecto (ETC), do Plano Anual de Actividades e Orçamento (PAAO), incluindo as suas alterações; (d) Apreciar e deliberar sobre os relatórios anuais do Projecto; (e) deliberar sobre outros assuntos relativos ao Projecto que sejam agendados, nomeadamente pelo Comité Técnico do Projecto, pelos financiadores ou pelos membros do Comité Directivo.

a2. Constituição do Comité de Técnico do Projecto e Realização da 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Sessão – Um Comité Técnico do Projecto foi constituído Através do Diploma Ministerial nº 104/2022 de 31 de Agosto, sendo dirigido pelo Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças (que o preside), fazendo dele parte técnicos seniores, designados como Pontos Focais, pelos dirigentes das entidades beneficiárias do GEPRES, nomeadamente:

- O Secretariado Geral da Assembleia da República;
- O Secretariado Geral do Tribunal Administrativo;
- A Presidência da Autoridade Tributária;
- A Inspecção Geral das Finanças;
- O Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF);

- O Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE, IP);
- O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS);
- As Direcções Nacionais do Ministério da Economia e Finanças;
- O Coordenador da Equipa Técnica de Coordenação do Projecto;
- O Coordenador do Gabinete de Coordenação de Reformas Económicas.
- O Presidente do Comité Técnico pode convidar especialistas externos e outras entidades para participar das respectivas reuniões, de acordo com as matérias a serem tratadas.

O Comité Técnico do GEPRES deverá se reunir, ordinariamente 4 veze ao ano, tendo como mandato, o seguinte: (a) actuar como instância intermédia de deliberação e de decisão colegial das questões relacionadas com a implementação do Projecto, de articulação inter-governamental e de articulação com agências ou organismos internacionais envolvidos no Projecto; (b) emitir orientações gerais, essencialmente de natureza política e estratégica, relativas à execução do Projecto; (c) avaliar e recomendar a provação da proposta da Equipa Técnica do Projecto (ETC), do Plano Anual de Actividades e Orçamento (PAAO); (d) aprovar o Plano de Aquisições e Contratações e suas posteriores alterações; (e) apreciar e deliberar os relatórios anuais do Projecto; (f) deliberar sobre outros assuntos relativos ao Projecto que sejam agendados, nomeadamente pelo Comité Técnico do Projecto, pelos financiadores ou pelos membros do Comité Técnico; (g) efectuar a coordenação institucional, partilha de informação e identificação de pontos de sinergias, bem como a resolução de aspectos técnicos que não carecem de debates a nível mais alto; (h) preparar as reuniões do Comité Directivo.

Ao longo do período em análise, o Comité Técnico realizou duas sessões de trabalho, nas quais os principais assuntos debatidos foram as propostas de Planos Anuais de Actividades e Orçamento (2023 e 2024), apresentadas pelas entidades beneficiárias do GEPRES.

a3. Contratação da Equipa Técnica de Coordenação (ETC) do Projecto – Toda equipa técnica de coordenação<sup>1</sup> do Projecto já foi contratada e está em funções, excepto o Especialista das Salvaguardas Sociais e Ambientais (SAS), cujo contrato se encontra no Tribunal Administrativo para efeitos de Anotação ou Visto.

a4. Elaboração do PAAO 2023 e PAAO 2024 – Ao longo do período em análise foram elaboradas as propostas de PAAO 2023 e PAAO 2024 a serem submetidas à apreciação e aprovação do Banco Mundial.

a5. Elaboração do Relatório de Progresso do GEPRES – Ao longo do período em análise, foi feita a colecta de informação junto das Unidades Orgânicas Beneficiárias e elaborado o primeiro relatório de progresso do GEPRES, abrangendo o I, II e III Trimestres de 2023.

a6. Elaboração dos Relatórios Financeiros do GEPRES – Relatórios financeiros trimestrais do Projecto foram produzidos e partilhados com todas as partes interessadas.

a7. Realização da Auditoria Financeira do GEPRES – A primeira auditoria financeira às contas do GEPRES foi realizada pelo Tribunal Administrativo (Nos meses de Maio e Junho de 2023 foi concluída a fase de campo). Até finais de 2023, o Projecto ainda não tinha recebido o rascunho do relatório para efeitos do contraditório.

a8. Realização de Missões do Banco Mundial em Apoio à Implementação do GEPRES – O Banco Mundial realizou duas Missões de Supervisão e Apoio à Implementação do GEPRES, ao longo de 2023. A primeira Missão decorreu no período de 02 a 12 de Maio de 2023, sendo a segunda no período de Novembro de 2023.

---

<sup>1</sup> Composta por um Coordenador, um Coordenador Adjunto, um representante da DNPED responsável pela componente de fortalecimento da Administração Tributária, um representante da DNTCEF responsável pela componente de reforço da gestão e controlo da despesa pública, um representante da IGF responsável pela componente de melhoria dos mecanismos de transparéncia e responsabilidade financeira, o Chefe do Departamento de Finanças do MEF, um Consultor especialista em gestão financeira, um Consultor especialista em aquisições e, um Consultor especialista em Monitoria e Avaliação. Podem ainda integrar a Equipa Técnica de Coordenação (ETC), a convite do Presidente do Comité Directivo do Projecto, especialistas das entidades beneficiárias ou externos, de acordo com as matérias a serem tratadas.

#### 2.4.5 Componente 5 – Resposta de Emergência em Caso de Contingência (CREC)

*Resultado final: Facilitar o acesso rápido a financiamento em caso de ocorrência de desastres naturais.*

Nesta componente não foram realizadas nenhuma actividade pois, ela só poderá ser activada em caso de ocorrência de desastres naturais.

### 3. Desafios, Lições aprendidas e Perspectivas

#### 3.1 PRINCIPAIS DESAFIOS

Os principais desafios que o GEPRES enfrentou ao longo do ano de 2023 foram os seguintes:

- Atrasos na elaboração dos TdR das diversas actividades que as Unidades Orgânicas Beneficiárias se propõem a realizar, o que teve como consequência a existência de um número significativo de actividades que não foram concluídas.
- A ocorrência de concursos para a contratação de serviços de consultoria que ficaram desertos, levando a atrasos na execução de actividades devido à necessidade de re-análise dos TdR e eventual relançamento desses concursos.
- Atrasos na atribuição de Vistos ou Anotações por parte do Tribunal Administrativo.
- O facto de não ter sido possível realizar nenhuma das 4 sessões do Comité Directivo do Projecto previstas.

#### 3.2 LIÇÕES APRENDIDAS

Ao longo do ano de 2023 foi possível assinalar algumas lições que importa salientar, a saber:

- Atrasos na mobilização da equipa fiduciária tem implicações directas no baixo nível de implementação do Projecto e consequentemente impacta negativamente no nível de desempenho da execução orçamental.
- Adopção de um mecanismos de implementação do projecto sem muito domínio da sua praticidade e com muitas zonas de penumbra sobre aspectos práticos e procedimentos a seguir.

#### 3.3 PERSPECTIVAS PARA 2024

Relativamente ao ano de 2024, as perspectivas do GEPRES são as seguintes:

- Acelerar a implementação das actividades do Projecto por parte das Unidades Orgânicas beneficiárias.
- Acelerar a execução orçamental em linha com a aceleração dos actos de aquisição.
- Confirmar os resultados das metas referentes aos PBCs do ano 1 & 2, com o início de funções do Agente de Verificação Independente (IVA).
- Concluir os processos de aquisição iniciados no período anterior, particularmente os que se referem às viaturas e equipamento informático pois, vão ter um impacto significativo na melhoria da execução orçamental do Projecto.
- Realizar as acções de capacitação institucional que contribuem, de forma clara, para as reformas do MEF induzidas por este Projecto.
- Conduzir um processo de avaliação de Meio-Termo do Projecto que eventualmente levará à sua reestruturação, em linha com os desafios de gestão de finanças públicas para a prestação de serviços.

# Anexos

- Quadro de Resultados (actualizado) do Projecto.
- PAAO 2023
- PAAO 2024
- Tabela Resumo das Capacitações Realizadas em 2023
- Tabelas da execução financeira anual 2023
- Matriz de Monitoria do Plano de Aquisições (Ponto de situação a 31/12/2023).

#### Anexo 1: Quadro de Resultados (actualizado) do Projecto

##### Indicadores do Objectivo de Desenvolvimento do Projecto - ODP/PDO

Nome do Indicador	Objectivos Intermédios	
	Ano 1	Ano 2
Gestão fiscal interna melhorada - AT		
Número de contribuintes que entregam as suas declarações fiscais e fazem pagamentos através do Portal do Contribuinte (Número).	10,000.00	12,000.00

Resultados Alcançados: Resultados Alcançados de 01/01/2022 até 31/03/2023: 21.020  
(a) IVA - 17.685 ; (b) ISPC - 3.335 Resultados Alcançados de 01/01/2022 até 31/10/2023: 21.881  
(a) IVA - 18.408 ; (b) ISPC - 3.473

##### Matriz de Condição Baseada em Desempenho - CBD/PBC

Área de Resultados	Cronologia Indicativa para a Concretização das CBD	
	Ano 1 (1 de Abril - 31 de Março de 2023)	Ano 2 (1 de Abril de 2023- 31 de Março de 2024)
Alargamento da base tributária, através de registo de contribuintes integrados e da automatização do sistema de entrega de declarações fiscais e pagamento de impostos online - AT		
Gestão das Receitas Internas	O sistema e-Tributação foi expandido, para que o tratamento dos seguintes impostos pudesse ficar operacional em todo o país: SISA, Imposto de Sucessões e Doações, Imposto de Reconstrução Nacional, Imposto sobre Veículos.	(1) Funcionalidades de entrega de declarações e pagamento de impostos online operacionais para os seguintes 8 impostos - IVA, ISPC, IRPC, IRPS, produção mineira, produção petrolífera, superfície e rendimentos de produtos petrolíferos - operacional  E  (2) Integração e interoperabilidade entre o sistema e-Tributação e a Janela Única Electrónica (JUE).

##### Resultados Alcançados

Os impostos (Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis - SISA, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto Nacional sobre Reconstrução e Imposto sobre Veículos) estão operacionais em todo o país.

Os impostos (Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis - SISA, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto Nacional sobre Reconstrução e Imposto sobre Veículos) já estão operacionais no sistema e-tributação em todo o país.

##### Matriz de Condição Baseada em Desempenho - CBD/PBC

Área de Resultados	Cronologia Indicativa para a Concretização das CBD	
	Ano 1 (1 de Abril - 31 de Março de 2023)	Ano 2 (1 de Abril - 31 de Março de 2024)
Reforçar as funções de tesouraria - DNTCEF		

## RELATÓRIO ANUAL / 2023

Melhoria da Gestão e do Controlo das Despesas	(1) Disposição legal aprovada para a criação do CPF (Comité de Programação Financeira).  (2) Orientações e metodologias para a elaboração do orçamento de 2023, revistas e aprovadas de forma a incluir os planos de contratação pública e os compromissos dos ministérios do sector.	(1) Orçamento de Estado consolidado e plano de fluxos de caixa para 2024, elaborados pela DNT a nível central e aprovados pelo CPF até 30 de Janeiro.  (2) 60% dos compromissos encontram-se em conformidade com as decisões do CPF (Comité de Programação Financeira).
Resultados Alcançados	A meta do Ano 1 foi atingida.	(1) De acordo com o quadro legal, o Comité de Programação Financeira (CPF) foi aprovado, estando em curso a sua implementação por forma a aprovar o Orçamento de Tesouraria consolidado e plano de Tesouraria para 2024.  (2) A validação dos 60% dos compromissos pelo CPF está condicionado a operacionalização dos instrumentos da Programação Financeira no e-Sistaf (Orçamento de Tesouraria e plano de Tesouraria) e por outro lado, está condicionado a aprovação do PESOE 2024 pela Assembleia da República (AR).

### Matriz de Condição Baseada em Desempenho - CBD/PBC

Área de Resultados	Cronologia Indicativa para a Concretização das CBD	
	Ano 1 (1 de Abril - 31 de Março de 2023)	Ano 2 (1 de Abril - 31 de Março de 2024)
Melhorar o Sistema de Transferência Fiscal Intergovernamental - DNPO		
Descentralização Fiscal	Fórmulas de distribuição do sistema de transferências (províncias e municípios) revistas e publicadas.	100% do montante das transferências fiscais para as quatro províncias com as taxas de pobreza mais elevadas (províncias e municípios) encontra-se em conformidade com a fórmula estabelecida e foi alocado a tempo.
Resultados Alcançados	O objetivo para o Ano 1 (publicação das fórmulas de transferência fiscal para as províncias e municípios) não foi atingido. A publicação das fórmulas exige alterações a duas leis sobre descentralização fiscal. É pouco provável que estas alterações sejam adoptadas em 2023 ou 2024, que são anos de eleições.	DEPENDENTE DA PUBLICAÇÃO DOS DADOS

### Indicadores do Objectivo de Desenvolvimento do Projecto - ODP/PDO

Nome do Indicador	Objectivos Intermédios	
	1	2
Execução orçamental melhorada - DNPO		
Resultado das despesas agregadas, em percentagem das despesas orçamentadas e aprovadas ao longo de três anos (Percentagem)	14.00	12.00
Resultados Alcançados	01/01/2022 à 31/12/2022 - 4.2%.  A meta do Ano 1 foi ultrapassada. A análise desagregada dos resultados revela problemas de sobredespesas com despesas correntes e subdespesas com despesas de capital. No próximo ano, o apoio incidirá no aprofundamento da análise e no reforço do acompanhamento, incluindo a atribuição de projetos.	DEPENDENTE DA PUBLICAÇÃO DOS DADOS

Indicadores de Resultados Intermédios por Componentes		
Nome do Indicador	Objectivos Intermédios	
1	2	
Reforço da gestão das receitas internas - DNPO		
Sistema de Transferência Fiscal Intergovernamental Melhorado (Texto)	Fórmulas de distribuição do sistema de transferências (províncias e municípios) revistas, aprovadas pelo Parlamento e publicadas.	100% do montante das transferências fiscais (províncias e municípios) encontra-se em conformidade com a fórmula estabelecida e é atribuído a tempo.
Resultados Alcançados	O objetivo para o Ano 1 (publicação das fórmulas de transferência fiscal para as províncias e municípios) não foi atingido. A publicação das fórmulas exige alterações a duas leis sobre descentralização fiscal. É pouco provável que estas alterações sejam adoptadas em 2023 ou 2024, que são anos de eleições.	DEPENDENTE DA PUBLICAÇÃO DOS DADOS
Melhoria dos mecanismos de transparéncia e responsabilização - DNPO		
Número de Assembleias de Cidadãos realizadas (Número)	-	1.00
Resultados Alcançados	NA	DEPENDENTE DA PUBLICAÇÃO DOS DADOS
Indicadores do Objectivo de Desenvolvimento do Projecto - ODP/PDO		
Nome do Indicador	Objectivos Intermédios	
	Ano 1 (1 de Abril - 31 de Março de 2023)	Ano 2 (1 de Abril - 31 de Março de 2024)
Mecanismos de transparéncia e prestação de contas reforçados - DNPE		
Percentagem de contratos adjudicados através de métodos competitivos (Percentagem)	40.00	45.00
Resultados Alcançados	Este indicador é medido anualmente. De janeiro a dezembro de 2022, 55,3% dos contratos foram adjudicados através de métodos competitivos baseados no número de contratos. (índice de contratações durante o estado de emergência que vigorou até 21/04/2022 e não engloba empresas monopolistas)	Este indicador é medido anualmente. De Abril a Outubro de 2023, foram executados 53,6% dos contratos adjudicados através de métodos competitivos, baseados no número total de contratos, do mesmo período. Os contratos não incluem empresas monopolistas.
Percentagem de contratos adjudicados a empresas detidas predominantemente por mulheres (Percentagem)	-	-
Resultados Alcançados	Não pôde ser captada devido à falta de dados repartidos por género. Como medida provisória, até ao desenvolvimento e implementação do sistema e-GP, que incluirá uma identificação de género, o sistema de registo de fornecedores será reconfigurado com o apoio do CEDSIF para permitir a identificação de género dos proprietários de empresas.	O sistema em implementação (MPE) não capta a informação requerida para este indicador. Está previsto, no plano das actividades GEPRES, o aprimoramento do sistema MPE, por forma a desenvolver funcionalidades no sistema de cadastro de fornecedores e permitir a identificação de género dos proprietários das empresas, de modo a responder esta necessidade. A previsão para o início desta actividade estava para o último trimestre de 2023, mas até então não houve avanços no processo de contratação. Neste momento, os termos de referência aguardam pela Não Objecção do Banco Mundial.
Indicadores de Resultados Intermédios por Componentes		
Nome do Indicador	Objectivos Intermédios	

1	2																
<b>Melhoria da gestão e do controlo das despesas públicas - DNPE</b> O sistema electrónico de contratação pública actualizado encontra-se operacional (Texto)	O GdM finalizou e adoptou a estratégia e o roteiro para a implementação do sistema electrónico de contratação pública.																
<b>Resultados Alcançados</b>	A meta do Ano 1 foi atingida. O GdM finalizou a estratégia do e-GP e o Conselho de Ministros promulgou-a através da Resolução 54/2022, de 13 de dezembro de 2022.																
<p>O GdM concluiu a conceção e instalação do sistema electrónico de contratação pública.</p> <p>O consultor de reengenharia de processo de negócio (BPR) já está a executar a actividade que dá inicio ao processo de desenvolvimento do sistema electrónico de contratação pública, tendo estado presencialmente na Direcção Nacional do Património do Estado (DNPE) no período entre 11 a 15 de Setembro, onde realizou vários encontros presenciais com diferentes instituições públicas, privadas e com a DNPE, por forma a fazer o levantamento, dentre outros, sobre os sistemas de contratação existentes, o estágio de Moçambique no âmbito da contratação publica, bem como as legislações em vigor.</p> <p>O principal objectivo desta consultoria é de identificar e preparar requisitos para mudanças nos processos e práticas de compras existentes em Moçambique, através da simplificação e reengenharia, bem como elaborar as especificações comerciais, funcionais e técnicas para o desenvolvimento e implementação do Sistema e-GP a nível nacional.</p> <p>No dia 09-10-2023, o consultor enviou um relatório inicial.</p>																	
<b>Indicadores de Resultados Intermédios por Componentes</b> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left; width: 30%;">Nome do Indicador</th> <th style="text-align: left; width: 40%;">Objectivos Intermédios</th> <th style="text-align: left; width: 30%;">Ano 1 (1 de Abril - 31 de Março de 2023)</th> <th style="text-align: left; width: 30%;">Ano 2 (1 de Abril - 31 de Março de 2024)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Melhoria dos mecanismos de transparência e responsabilização - TA</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr> <td>Capacidade de auditoria das despesas públicas aumentada (Percentagem)</td><td>50.00</td><td>52.50</td><td></td></tr> <tr> <td>Resultados Alcançados</td><td>Trata-se de um indicador anual. A meta do ano 1 (50%) não foi atingida. Em 2022, as auditorias realizadas cobriram 41,1% das despesas públicas.</td><td></td><td>(INFORMAÇÃO AINDA POR APURAR)</td></tr> </tbody> </table>		Nome do Indicador	Objectivos Intermédios	Ano 1 (1 de Abril - 31 de Março de 2023)	Ano 2 (1 de Abril - 31 de Março de 2024)	Melhoria dos mecanismos de transparência e responsabilização - TA				Capacidade de auditoria das despesas públicas aumentada (Percentagem)	50.00	52.50		Resultados Alcançados	Trata-se de um indicador anual. A meta do ano 1 (50%) não foi atingida. Em 2022, as auditorias realizadas cobriram 41,1% das despesas públicas.		(INFORMAÇÃO AINDA POR APURAR)
Nome do Indicador	Objectivos Intermédios	Ano 1 (1 de Abril - 31 de Março de 2023)	Ano 2 (1 de Abril - 31 de Março de 2024)														
Melhoria dos mecanismos de transparência e responsabilização - TA																	
Capacidade de auditoria das despesas públicas aumentada (Percentagem)	50.00	52.50															
Resultados Alcançados	Trata-se de um indicador anual. A meta do ano 1 (50%) não foi atingida. Em 2022, as auditorias realizadas cobriram 41,1% das despesas públicas.		(INFORMAÇÃO AINDA POR APURAR)														
<b>Indicadores de Resultados Intermédios por Componentes</b> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left; width: 30%;">Nome do Indicador</th> <th style="text-align: left; width: 40%;">Objectivos Intermédios</th> <th style="text-align: left; width: 30%;">Ano 1 (1 de Abril - 31 de Março de 2023)</th> <th style="text-align: left; width: 30%;">Ano 2 (1 de Abril - 31 de Março de 2024)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Melhoria dos mecanismos de transparência e responsabilização - IGEPE</td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr> <td>Número de eventos de formação realizados em matéria de elaboração de relatórios financeiros e supervisão das EPs (Número)</td><td>6.00</td><td>4.00</td><td></td></tr> <tr> <td>Resultados Alcançados</td><td>Até 31 de março de 2023, ainda não tinha sido realizada qualquer formação, contra uma meta de 6 em 2022 e 4 em 2023. Foi elaborado e orçamentado um Plano de Formação para 2023, incluindo seis formações para o IGEPE.</td><td></td><td>Até 31 de Outubro de 2023, ainda não tinha sido realizada qualquer formação. Os TdR submetidos, contra uma meta de 6 em 2022 e 4 em 2023. Foi elaborado e orçada a apreciação do Banco Mundial ainda não obtiveram a sua Não Objecção.</td></tr> </tbody> </table>		Nome do Indicador	Objectivos Intermédios	Ano 1 (1 de Abril - 31 de Março de 2023)	Ano 2 (1 de Abril - 31 de Março de 2024)	Melhoria dos mecanismos de transparência e responsabilização - IGEPE				Número de eventos de formação realizados em matéria de elaboração de relatórios financeiros e supervisão das EPs (Número)	6.00	4.00		Resultados Alcançados	Até 31 de março de 2023, ainda não tinha sido realizada qualquer formação, contra uma meta de 6 em 2022 e 4 em 2023. Foi elaborado e orçamentado um Plano de Formação para 2023, incluindo seis formações para o IGEPE.		Até 31 de Outubro de 2023, ainda não tinha sido realizada qualquer formação. Os TdR submetidos, contra uma meta de 6 em 2022 e 4 em 2023. Foi elaborado e orçada a apreciação do Banco Mundial ainda não obtiveram a sua Não Objecção.
Nome do Indicador	Objectivos Intermédios	Ano 1 (1 de Abril - 31 de Março de 2023)	Ano 2 (1 de Abril - 31 de Março de 2024)														
Melhoria dos mecanismos de transparência e responsabilização - IGEPE																	
Número de eventos de formação realizados em matéria de elaboração de relatórios financeiros e supervisão das EPs (Número)	6.00	4.00															
Resultados Alcançados	Até 31 de março de 2023, ainda não tinha sido realizada qualquer formação, contra uma meta de 6 em 2022 e 4 em 2023. Foi elaborado e orçamentado um Plano de Formação para 2023, incluindo seis formações para o IGEPE.		Até 31 de Outubro de 2023, ainda não tinha sido realizada qualquer formação. Os TdR submetidos, contra uma meta de 6 em 2022 e 4 em 2023. Foi elaborado e orçada a apreciação do Banco Mundial ainda não obtiveram a sua Não Objecção.														

Anexo 2: PAAO 2023  
(Documento em separado)

Anexo 3: PAAO 2024  
(Documento em separado)

Anexo 4: Tabela Resumo das Capacitações Realizadas em 2022 & 2023

RELATÓRIO ANUAL / 2023

Nº	Curso Especifico	Datas de Realizacao	Local de Realizacao	Unidade Beneficiaria	Nº de Participantes			Conteúdo/Temas abordados	Competências adquiridas	Compromisso com as reformas do MEF*	Proposta de acções de seguimento	Observacao
<b>CAPACITAÇÕES DE 2022</b>												
					total	h	m					
1	Capacitacao dos sectores no ambito da digitacao do OE 2023	Junho de 2022	Todas as provincias do Pais	DNPO	57							Acção Concluida
2	Mini MBA sobre Desenvolvimento de Competencias em Gestao de Recursos Humanos e Gestao do Ciclo de Formacao.	Agosto de 2022	Lisboa, Portugal	DARH	10	4	6	Papel da Formacao na gestao de RH; Diagnostico das necessidades de Formacao; Acompanhamento e Avaliacao do impacto da Formacao profissional; Gestao do Desenvolvimento de Carreiras;	Capacidade para diagnosticar, gerir as accoes de formacao e elaborar o plano de Desenvolvimento de RH e	Melhoria do processo de Gestao de RH e formacao	Elaborar o plano de Desenvolvimento de RH, Plano de Formacao e Politica de Formacao	Acção Concluida
3	Curso sobre Normas de Contratacao Pública segundo os procedimentos do Banco Mundial	19 a 23 de Setembro de 2022	Bilene, Gaza	Todas as entidades Beneficiarias do GEPRES	39	19	20	Elaboração de Termos de Referencia; Solicitação de manifestação de interesse das propostas; avaliação de propostas técnicas e financeiras; Relatórios de avaliação técnica e notificação do resultado; e Negociação do contrato.	Capacidade para tramitar e gerir os processos de contratacao segundo normas do WB	Melhoria do processo de Contratacao publica	Elaborar o plano de Desenvolvimento de RH, Plano de Formacao e Politica de Formacao	Acção Concluida
4	Apoio na evolucao tecnica e profissional dos Auditores a nivel da AFROSAI E Conferencia Annual dos Auditores	18 a 21 de Outubro de 2022	Pretoria- Africa do Su	TA	10			Elaboração de Termos de Referencia; Solicitação de manifestação de interesse das propostas; avaliação de propostas técnicas e financeiras; Relatórios de avaliação técnica e notificação do resultado; e Negociação do contrato.				Acção Concluida
5	Workshop sobre profissionalização e Certificação Internacional dos Auditores do TA	13 a 20 de Novembro de 2022	Cape town,Africa do Sul	TA	9							Acção Concluida
6	Programa Corporate em Estrategias de Comunicacao	28 de Novembro a 09 de Dezembro	Lisboa, Portugal	GCI	3							Acção Concluida
7	Retiro no ambito da Elaboracao do Manual de Gestao de Riscos	28 a 30 de Novembro	Mulotana, Maputo	DGR	12							Acção Concluida
8	Visita de Estudo no ambito da contratacao Publica Electronica	17 a 23 de Dezembro 2022	Bangladesh	DNPE	6							Acção Concluida
9	Capacitacao em Gestao de Ferramentas de Correio Electronico	05 a 09 de Dezembro de 2022	Joahnesburgo Africa do Sul	DOGSi	6							Acção Concluida
10	Apoio na evolucao tecnica e profissional dos Auditores a nivel da AFROSAI E Conferencia Annual dos Auditores	18 a 21 de Outubro de 2022	Pretoria- Africa do Sul	TA	10							Acção Concluida
11	Workshop sobre profissionalização e Certificação Internacional dos Auditores do TA	13 a 20 de Novembro de 2022	Cape town,Africa do Sul	TA	9	6	4					Acção Concluida
12	Programa Corporate em Estrategias de Comunicacao	28 de Novembro a 09 de Dezembro	Lisboa, Portugal	GCI	3	2	1					Acção Concluida
13	Retiro no ambito da Elaboracao do Manual de Gestao de Riscos	28 a 30 de Novembro	Mulotana, Maputo	DGR	12							Acção Concluida
14	Visita de Estudo no ambito da contratacao Publica Electronica	17 a 23 de Dezembro 2022	Bangladesh	DNPE	6	4	2					Acção Concluida
15	Capacitacao em Gestao de Ferramentas de Correio Electronico	05 a 09 de Dezembro de 2022	Joahnesburgo Africa do Sul	DOGSi	6	5	1					Acção Concluida

TOTAL 2022							152					
CAPACITAÇÕES DE 2023												
16	Capacitacao em Gestao de Financas Publicas	Abri/Maio	Lisboa, Portugal	DNPO	5	1	4	Gestao Financeira e o ciclo de projecto; Elementos de Gestao Financeira; Fraquezas comuns de controlo Interno nos projectos financeiros pelo BM; Gestao de Tesouraria; Relatorio Financeiros; Projeto Appraisal Documental (PAD).	Melhoria do processo de Gestao Financeira segundo normas do WB	Assegurar o pagamento de despesas utilizando normas e mecanismos apropriados	Monitorar as contatacoes do Relatorio de auditorias	Acção Concluída
17	Programa Corporate em Estrategias de Comunicacao	Abri	Lisboa, Portugal	GM	4							Acção Concluída
18	Capacitação em matérias de Avaliação de Políticas, Programas e Projectos públicos com base em metodologias internacionalmente aceites	Maio	Brasil	DNMA	6							Acção Concluída
19	Capacitação em matérias de Monitoria da acção governativa, com base em evidências, tendo em conta	Junho	Brasil	DNMA	6							Acção Concluída
20	Programa Corporate em Estrategias de Comunicacao	Abri	Lisboa, Portugal	GM	4							Acção Concluída
21	Capacitação em matérias de Avaliação de Políticas, Programas e Projectos públicos com base em metodologias internacionalmente aceites	Maio	Brasil	DNMA	6							Acção Concluída
22	Capacitação em matérias de Monitoria da acção governativa, com base em evidências, tendo em conta os padrões e boas práticas internacionais	Junho	Brasil	DNMA	6							Acção Concluída
23	Intercambio e Troca de Experiencia com instituicoes de Formacao e Instituicoes congeneres e para a consolidacao do Plano de Formacao	Junho e Julho	Brasil e Portugal	DARH	4			Negociacoes de Parcerias com instituicoes de ensino e instituicoes congeneres desses países	Identificada potencias instituicoes para firmar parcerias tanto de ensino como troca de experiencias	Melhorar os procedimentos para firmar parcerias tanto de ensino como troca de experiencias	assinatura de memorandos de entendimento com instituicoes identificadas, e assegurar o uso racional dos recursos	Acção Concluída
24	ETPM-Rollouts /ETPM/PVB/PC) e Gestão de Mudança - Formação de utilizadores do Sistema E-tributação em todas unidades de cobrança) 1 fase	Maio	Zona Norte	AT	88							Acção Concluída
25	Assistencia Tecnica aos Sectores no ambito da digitacao do PESOE 2023	01 a 12 de Julho de 2023	Todas as Provincias do PAIS	DNPO	51	26	25					Acção Concluída

## RELATÓRIO ANUAL / 2023

RELATÓRIO ANUAL / 2023

42	Capacitacao em materia de Gestao de Financas Publicas	23 a 27 de Outubro de 2023	Mauricias	DNPO	7	5	2					Acção Concluída
43	Troca de Experiências em Formulação e Avaliação de Projectos de Investimentos Público vs Resiliência Climatica	02 a 09 de Dezembro de 2023	Brasil	DNPED	6	5	1					Acção Concluída
44	Capacitacao em Materia de Gestao Financeira e de Contratacao Publica	09 a 18 de Dezembro de 2023	Lisboa, Portugal	DARH e DA	7	1	6	princípios e práticas fundamentais de gestão financeira para gerir fundos públicos; Os fluxos financeiros existentes numa organização; Normas de contratação internacional e procedimentos específicos do e-procurement. Tramitação processual: regras comuns de procedimentos de contratação pública	Capacidade necessária para o alinhamento entre as várias práticas de gestão financeira e de contratação pública	Melhoria na gestão financeira e de contratação pública	Elaborar o plano de ação que permita avaliar os seus próprios Sistemas de Gestão Financeira e Contratação Públicas	Acção Concluída
<b>TOTAL 2023</b>				<b>1378</b>								
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>1530</b>								

(\*) O que é que os participantes se propõem fazer, no contexto das reformas em curso na sua Unidade Orgânica, como resultado das novas competências?

## Anexo 5: Tabelas da execução financeira anual 2023

COD.	DESCRIPÇÃO	ORÇAMENTO 2022-2026 (USD)	TOTAL EXECUTADO		SALDO
1	Componente 1: Reforço da Gestão Fiscal Interna	16 000,00	263,83	15 736,17	
2	Melhoria da Gestão e do Controlo das Despesas Públicas	60 850,00	1 622,29	59 227,71	
2.1	Desenvolvimento da Capacidade Institucional do MEF	36 950,00	1 617,09	35 332,91	
2.2	Reforço das Disposições Relativas à Auditoria Interna (IGF, GACI)	2 900,00	5,20	2 894,80	
2.3	Incentivos à Melhoria da Gestão e do Controlo das Despesas (PCB - DNTCEF 9 e DNPO)	21 000,00	0,00	21 000,00	
3	Melhoria a Supervisão Externa Independente	15 150,00	28,61	15 121,39	
4	Gestão do Projecto	4 000,00	147,34	3 852,66	
5	Resposta de Contigência em Caso de Emergência (CERC)	0,00	0,00	0,00	
<b>GRANDE TOTAL</b>		<b>96 000,00</b>	<b>2 062,08</b>	<b>93 937,92</b>	
Nível de Execução do Início a 31/12/2023			2,15%		

TIPO DE CUSTO	2022	2023	TOTAL
CS	0,00	144,43	144,43
OP	544,48	150 473,00	151 017,48
TR	313 834,54	1 597 230,63	1 911 065,17
Grand Total	314 379,02	1 747 848,06	2 062 227,08

<b>Última Versão do PAAO 2023</b>			
<b>Unidade Organica</b>		<b>Executado</b>	<b>Saldo</b>
<b>Beneficiária</b>	<b>Orçamento</b>		
AT	1 274 522,40	263 834,41	1 010 687,99
DNTCEF	655 857,85	-	655 857,85
DNGDP	55 000,00	-	55 000,00
DNPO	785 500,00	150 537,69	634 962,31
DNPED	497 059,23	478 311,92	18 747,32
DNPE	2 734 860,00	57 414,38	2 677 445,62
DNCP	204 715,77	11 358,53	193 357,24
DNMA	260 000,00	110 476,90	149 523,10
DGR	285 429,75	60 387,64	225 042,11
DARH	1 825 924,86	325 790,26	1 500 134,60
GCI	117 149,24	17 616,42	99 532,82
CEDSIF	-	-	-
GCRE	801 353,85	119 979,58	681 374,27
IGF	1 285 642,89	-	1 285 642,89
GACI	95 407,69	5 199,27	90 208,42
TA	3 428 000,00	-	3 428 000,00
IGEPE	347 542,31	-	347 542,31
ETC	1 407 788,55	146 796,63	1 260 991,93
<b>Grand Total</b>	<b>16 061 754,38</b>	<b>1 747 703,63</b>	<b>14 314 050,75</b>

Tipo de Custo	Q4 2023		Q3 2023		Q2 2023		Q1 2023		2023	
	Sum of Debito (USD)	Sum of Debito (MZN)								
CS	144,43	9 134,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144,43	9 134,95
OP	90 125,73	5 425 475,29	31 747,44	2 007 390,40	28 599,84	1 808 368,00	0,00	0,00	150 473,00	9 241 233,69
TR	489 114,33	30 936 481,63	855 786,45	54 111 569,10	252 329,85	15 954 926,20	0,00	0,00	1 597 230,63	101 002 976,93
<b>Grand Total</b>	<b>573 763,03</b>	<b>36 290 511,37</b>	<b>887 533,88</b>	<b>56 118 959,50</b>	<b>280 929,69</b>	<b>17 763 294,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 747 703,63</b>	<b>110 244 210,62</b>



## Anexo 6 – Matriz de Monitoria (actualizada) do Plano de Aquisições - Resumo

RESUMO REUNIÃO SEMANAL ETC – 2023/09/30

ACTIVIDADES	ITEM	Descrição	RESPONSABILIDADE	DATA DO PEDIDO	PREVISÃO DE RESPOSTA	ESTÁGIO:	COMENTÁRIOS	
							- Não iniciada	- Atrasada
	1,00	Revisão STEP - Procurement geral	ETC e WB	23-fev	29/8	Concluída		
	2,00	Contratação IVA - Agencia de Verificação Independente - 314167	Dra. Claudina	09-fev	29/8	Concluída		
	2,10	Elaborar e aprovar os TdR	Dra. Claudina			Concluída		
	2,20	Lançar e avaliar a Mdl e, apurar a Lista Curt: Dra. Claudina	Dra. Claudina			Concluída		
	2,30	Lançar e avaliar o RFP e, proceder à adjudicação do concurso.	Dra. Claudina			Concluída		
	2,40	Proceder à assinatura do contrato.	Dra. Claudina	12-out		Concluída		
	2,50	Assegurar o visto do TA.	Dra. Claudina			Em curso	O contrato foi submetido ao TA (a 27 de Outubro), para VISTO. A previsão é que até 30 de Novembro o TA conceda o VISTO.	
	3,00	Contratação especialista M&A - Monitoria e Avaliação - 314156	Dra. Claudina	09-fev	29/8	Concluída	Visto TA emitido em 07/08. O consultor iniciou as actividades dia 17/08. ETC vai registar a assinatura do contrato no STEP.	
Procurement	3,10	Elaborar e aprovar os TdR	Dra. Claudina			Concluída		
	3,20	Lançar e avaliar a Mdl e, apurar a Lista Curt: Dra. Claudina	Dra. Claudina			Concluída		
	3,30	Lançar e avaliar o RFP e, proceder à adjudicação do concurso.	Dra. Claudina			Concluída		
	3,40	Proceder à assinatura do contrato.	Dra. Claudina			Concluída		
	3,50	Assegurar o visto do TA.	Dra. Claudina	17-ago		Concluída	O Especialista de M&A iniciou as suas funções a 17 de Agosto de 2023.	
	4,00	Contratação especialista salvaguardas ambientais e sociais - 352140	Dra. Claudina	23-fev	29/8	Aguarda Visto TA - deve ser submetido até dia 29/08 ETC vai registar o Draft do contrato no STEP. O especialista concorda em iniciar as actividades sem o visto do TA. O contrato foi assinado dia 17/08 altura que iniciou as actividades. Ozias vai apresentar o especialista à Sonia (especialista do PLED) para melhor troca de experiência e próximos passos sobre o GRM. BM (Mário) vai ter uma breve conversa de indução com o especialista para dar overview dos procedimentos do BM.		
	4,10	Elaborar e aprovar os TdR	Dra. Claudina			Concluída		
	4,20	Lançar e avaliar a Mdl e, apurar a Lista Curt: Dra. Claudina	Dra. Claudina			Concluída		

RELATÓRIO ANUAL / 2023

4,30	Lançar e avaliar o RFP e, proceder à adjudicação do concurso.	Dra. Claudina		Concluída	
4,40	Proceder à assinatura do contrato.	Dra. Claudina		Concluída	
4,50	Assegurar o visto do TA.	Dra. Claudina	06-Set	20-Out	Em curso
5,00	Aquisição de Equipamentos IT - 300159	Dra. Claudina	21-mar	28/9	MEF submeteu Relatorio de Avaliação em 28/07. BM respondeu em 08/08 solicitando esclarecimentos adicionais. 21/08 MEF enviou comentários, aguarda comentários BM.
5,10	Doc. De Concursos	Dra. Claudina	22-mar	28/10	Concluída
5,20	Lanç. Conc + Avaliação + Relatório + Adjudicação	Dra. Claudina		15-nov	Em curso
5,30	Contract + Visto TA	Dra. Claudina			Não iniciada
6,00	Aquisição de viaturas - 345303	Dra. Claudina	21-mar	29/8	BM enviou comentários de aprovou BER dia 16/08 para melhorias que depois do BER ser atualizado pode ser considerado aprovado. MEF deve atualizar BER, resubmeter no STEP e enviar o contrato. Comentários MEF em 25/08: As empresas foram comunicadas sobre intenção de adjudicação e o processo está na fase de paralisação para eventuais esclarecimentos/Reclamações cujo prazo vai até o dia 30 de Agosto.
	Doc. De Concursos	Dra. Claudina			Concluída
	Lanç. Conc + Avaliação + Relatório + Adjudicação	Dra. Claudina			Concluída
	Contract + Visto TA	Dra. Claudina		30-out	Em curso
					Os contratos já foram assinados, a intenção de adjudicação foi publicada. Decorre o processo de tradução dos contratos para posterior submissão ao TA para visto.
7,00	Portal do Contribuinte (Contratação do Consultor de desenvolvimento) - 300137	Dra. Claudina	-		24/08: MEF resubmeteu o Relatorio de Avaliação e Lista curta revisto - Aguarda clearance BM 25/08: BM enviou comentários e solicitou o reenvio dos documentos atualizado para aprovação. Esta actividades deve ser analisada junto com a actividades 345292 e 345319 - Quality Assurance para Tax Portal 1 e 2 - O Concurso foi lançado, e a data limite para a apresentação de propostas foi o dia 10 de Agosto. Não houve nenhuma Manifestação de interesse - Qual é o proximo passo do MEF? Convites? Outros?
	Elaborar e aprovar os TdR	Dra. Claudina			Concluída
	Lançar e avaliar a MdI e, apurar a Lista Curt: Dra. Claudina		8-Set		Concluída
	Lançar e avaliar o RFP e, proceder à adjudicação do concurso.	Dra. Claudina	8-Set	15-Dez	Em curso
	Proceder à assinatura do contrato.	Dra. Claudina			Não iniciada

	Assegurar o visto do TA.	Dra. Claudina		Não iniciada
8,00	Portal do Contribuinte: Contratação do Consultor controlo de qualidade - 345292 e 345319			
	Elaborar e aprovar os TdR	Dra. Claudina	Concluída	
	Lançar e avaliar a Mdl e, apurar a Lista Curti	Dra. Claudina	Concluída	A Mdl lançada ficou deserta. A solicitação das Mdl foi relançada e o período de recepção encerra a 10 de Novembro.
	Lançar e avaliar o RFP e, proceder à adjudicação do concurso.	Dra. Claudina	Não iniciada	
	Proceder à assinatura do contrato.	Dra. Claudina	Não iniciada	
	Assegurar o visto do TA.	Dra. Claudina	Não iniciada	
8,00	Actividades 15 - Procurement Advisory (solicitado ao WB pelo Gabinete do Ministro 306493	ETC	16-fev	29/8
				A ETC vai substituir os TOR da actividade Acessor Procurement - 306493. Serão adicionadas mais duas actividades Assistente Procurement e Acessor Executivo - Dra. Claudina vai criar duas actividades no STEP e enviar para aprovação do BM. BM aprovou os TOR fora do STEP no dia 14/08.
8,10	Elaborar e aprovar os TdR	Dra. Claudina		
8,20	Lançar e avaliar a Mdl e, apurar a Lista Curti	Dra. Claudina		É UMA ACTIVIDADE SOLICITADA PELO GABINETE DO MINISTRO AO BM E JÁ AUTORIZADA. ENTRETANTO, ELA ESTÁ PENDENTE VISTO NÃO ESTAR CLARA A SUA INSERÇÃO A NÍVEL DO PROJECTO.
8,30	Lançar e avaliar o RFP e, proceder à adjudicação do concurso.	Dra. Claudina		
8,40	Proceder à assinatura do contrato.	Dra. Claudina		
8,50	Assegurar o visto do TA.	Dra. Claudina		
9,00	Desembolsos	Dr. Chissano	-	29/8
				Preparar a projeção de despesas para os próximos 6 meses - A finalização esta pendente a finalização da revisão do PAO 2023 e PAO 2024 para o período subsequente. Previsão de fecho para os 6 meses de 2023 - a ser submetido após a reunião do Comite Directivo na semana de 03/09.
Financeiro	10,00	Apresentar primeiro relatório de auditoria relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.	Dr. Chissano	-
				30-jun O TA ainda está a fazer o trabalho de campo, não há previsão sobre a emissão do relatório. O trabalho de campo terminou. Neste momento, seguem-se os procedimentos internos do TA para Envio do Relatório Preliminar para efeitos de contraditório. Contudo continuamos a não ter data de recepção desse relatório.
Formação	11,00	Lista de parceiros de formação e formações IGEPE.	Dra. Neusa	-
				30/8 O GEPRES vai buscar parceria de renome internacionais para ter uma lista de entidades e parceiros de formação e evitar a processo de busca de entidades para cada processo de formação que pode não ser as mais adequadas - Exercício de actualização do PAO 2023 e proposta de 2024 em curso para aprovação no Comité Directivo.

RELATÓRIO ANUAL / 2023

	12,00	GRM	ETC	-	27/8	1. Especialista E&S vai marcar encontro com Sonia especialista do PLED para melhor troca de experiência. 2. Finalizar o MGR e estratégia de comunicação e submeter ao BM para Não Objeção 3. Marcar formação do especialista Salvaguardas (com BM) para semana de 27/08.
GRM						
IGEPE	13,00	1. Indicar novo gestor plataforma única 2. Formações previstas no PAD	ETC - Dra. Virginia e Neusa	15/5	30/8	1. IGEPE adquiriu a funcionalidade para consolidação dos relatórios do SEE. O CEDSIF está a desenvolver a funcionalidade para responder as necessidades da DNTCEF, GACI e DGR que irão complementar a aplicação do IGEPE. 2. Avançar com as actividades de formação do IGEPE uma vez que estas são previstas como Resultados Intermédios do Projecto - O beneficiário está a rever o PAO 2023 para imediatamente avançar com as actividades.
IGEPE						
GCRES	14,00	Inclusão do GCRES no GEPRES	ETC	-	-	Aguarda o additional financing para alocar para o 7.5 do FISP no GEPRES - Entretanto podem ser usados fundos do GEPRES para adiantar despesas GCRES que serão compensados quando os fundos FISP forem absorvidos
GCRES						
GCRES	15,00	PAE	ETC	23-fev	29/8	Rever actividades PAE para evitar duplicação de actividades que possam estar abrangidas pelo FMI e FISP - <b>Em curso actualização do PAO 2023 e preparação do PAO 2024</b>
GCRES						
GCRES	16,00	Actividades em andamento	ETC	15/5	-	Actividades de comunicação deverão ser financiadas pelo GEPRES e registadas no STEP do GEPRES - <b>ETC vai criar actividade e enviar TOR.</b>
GCRES						
State Capacity	17,00	Gestão do PPA do State Capacity Building Project	BM e ETC	15/5	-	PPA foi aprovado e aguarda seguimento: Plano de Aquisições, iniciar contratação da equipe, marcar reunião com Zubair para melhor esclarecimento dos passos seguintes (comentários, inputs, conselhos)
State Capacity						
Outros	18,00	Comentários Gerais	ETC e BM	-	-	1. Protocolo de Verificação dos PBCs - está a ser finalizado - criar um protocolo que maximize a possibilidade de interpretar os PBC de forma flexível e tentar evitar algum tipo de mudança neste momento - Ozias e Lira se reuniram dia 24/08 - follow-up próximos passos.  2. ETC vai verificar e dar uma proposta para actividades da Assembleia da República para adicionar-los como beneficiários. Verificar se podem ser considerados agências do MEF, antes de ser realizada a reunião de revisão do projecto, pelo BM - <b>Ozias vai coordenar reunião entre ETC, AR e BM para semana de 27/08.</b>  3. Dois PBCs já foram cumpridos - tentar dar o desembolso através de procedimentos que constam do MIP, verificar as despesas elegíveis, ver o que pode ser pago e como - <b>Deve ser feito um exercício entre Ozias, Chissano e Igor para verificar as despesas elegíveis, protocolos de verificação, já se encontram em processo se se reunir</b>
Outros						

					com outras PIU que tem PBC para ver como identificaram estas despesas.
18,00	Próximos passos.	ETC e BM	-	-	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Preparar a próxima missão de apoio à implementação - prevista para novembro/2023.</li> <li>2. Informação sobre alteração de ETC (Coordenador e Coordenador Adjunto) - <b>A ser remetida à despacho do Ministro - Importante para atualizar as informações do STEP e permitir a Dra. Agusta o acesso ao STEP.</b></li> <li>3. Exercício entre Ozias e Dr. Chissano e os beneficiários que tem PBC para perceber como funcionam os procedimentos e linhas orçamentais com o BM.</li> </ol>
19,00	Exercício de actualização do PAO 2023 e proposta de 2024 em curso para aprovação Comité Directivo.	ETC	-	30/8	<p>A ser submetido após a reunião do Comite Directivo na semana de 28/08/08.</p> <p>ETC vi enviar o PAO para validação do BM, antes do Comité Directivo.</p>